

7. Promover o emprego através do investimento directo estrangeiro: a empresa algodoeira Dunavant em Morrumbala

Manuel de Araújo¹

Introdução

Este artigo discute o impacto do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na qualidade e quantidade de emprego criado no sector do algodão e as suas implicações em termos de transformação dos padrões de acumulação e de redução da pobreza. O artigo tem o enfoque no estudo de caso da operação da empresa Dunavant no Distrito de Morrumbala da Província da Zambézia, em Moçambique.

O sector do algodão é um caso interessante porque o seu papel no desenvolvimento tem sido desde há muito tempo fonte de muita controvérsia. A natureza polarizada do debate está reflectida nas seguintes citações:

Forjar uma estratégia de desenvolvimento baseada em culturas industriais que deslocam o trabalho da produção de alimentos, danificam o ecossistema e satisfazem mais as necessidades estrangeiras do que as necessidades nacionais, tem consequências económicas e sociais a longo prazo. Na mente da maior parte dos moçambicanos, o algodão será sempre a mãe da pobreza. (Isaacman, 1996:243)

[O sector do algodão é] talvez o veículo mais importante para a mercantilização e monetarização da economia rural. O algodão ainda não é sinónimo de bem-estar, mas há muito que deixou de ser “a mãe da pobreza” (Eng. L. Pereira, Director Geral da Dunavant, 2006, Morrumbala)

Como os pontos de vista acima reflectem, há os que apontam os benefícios do sector em termos da economia e do emprego gerado olhando principalmente para o lado quantitativo da equação, enquanto outros apontam a natureza exploratória desta actividade pouco qualificada, fisicamente exigente e de trabalho intenso, dando assim mais relevância ao lado qualitativo da equação. A questão no centro do debate é se o algodão pode ser um veículo para a criação do bem-estar e/ou a redução da pobreza através da criação de emprego ou se pela sua verdadeira natureza perpetua e reforça a pobreza. Além disso, qual o papel do IDE nestes

processos? Ajuda no processo de criação de bem-estar através do emprego, ou reforça os desequilíbrios pré-existentes no mercado de trabalho, no agregado familiar e na sociedade em geral?

O artigo procura responder a estas questões analisando as operações da Dunavant em Morrumbala. Começa com uma visão geral do papel do algodão na economia moçambicana e depois é apresentada a actual estrutura do sector. É dado um perfil do local da investigação, antes da descrição da Dunavant e da sua operação neste distrito. Depois são descritos o processo e a metodologia de investigação. O capítulo dos resultados introduz primeiro o quadro utilizado para a análise da investigação. Finalmente tiram-se conclusões.

O papel do algodão na economia moçambicana

O sector do algodão desempenha um papel importante na economia moçambicana. As exportações de algodão constituem mais de 40% das exportações agrícolas (GDS 2005: 19) e injectam mais de US\$ 21 milhões na economia através da compra de material em bruto dos camponeses (Pereira 2006). Também gera cerca de US\$ 40 milhões em exportações agrícolas por ano (NCBA 2007). Assim, o algodão constitui uma importante fonte de receitas de exportação para Moçambique.

O algodão também desempenha um papel importante na economia rural e no rendimento dos agregados familiares rurais. Foi estimado que o sub-sector do algodão é o principal gerador de rendimentos de cerca de 350.000 agregados familiares rurais², com uma base de dependência económica total de 1,5 milhões de pessoas que fazem as suas vidas através do cultivo do algodão. O tamanho médio das machambas dos pequenos agricultores está geralmente entre 0,25 e um hectare, enquanto as machambas de tamanho médio, que não são muitas, podem ter 10 hectares (GDS 2005: 16).

A produção de algodão também gera actividades industriais e comerciais ao longo de toda a cadeia: importação e distribuição de insumos, serviços de extensão prestados aos camponeses, descaroçamento do algodão, produção de óleo e de bagaço, transporte de sementes para as fábricas de descaroçamento e transporte do algodão descaroçado para os portos de exportação, têxteis, vestuário e moda. A nível industrial, o sector emprega cerca de 20.000 trabalhadores (Pereira, 2007). Contudo, ainda deve ser explorado o potencial pleno das ligações a jusante e a montante e os respectivos efeitos de emprego.

A máxima produção registada em Moçambique foi de 144.000 toneladas em 1974. Os níveis de produção caíram drasticamente durante o período socialista e da guerra civil, mas com o advento da paz e a introdução do sistema de economia de mercado recuperaram e são agora de cerca de 120.000 toneladas por ano.

A estrutura actual do sector do algodão

A estrutura do sector do algodão em Moçambique tem estado baseada desde os anos 80 em Empresas Joint Venture (EJV) entre o governo e empresas privadas.

Sob o sistema EJV, o Estado atribui aos investidores privados uma “área de concessão” na qual são cedidos direitos exclusivos de compra do algodão, blocos de terra para a produção comercial de algodão e uso de máquinas de descaroçamento. Em troca, os investidores privados acordam em oferecer capital para reabilitar as máquinas de descaroçamento e fornecer a crédito os insumos necessários e assistência técnica a pequenos agricultores.

No período inicial (1988-1999), houve um rápido crescimento, mas, desde aí, os preços persistentemente baixos do algodão a nível mundial criaram instabilidade e descontentamento no sector. Enquanto algumas empresas, incluindo a Dunavant, respeitaram o sistema concessionário, outras desestabilizaram o sistema dando poucos ou nenhuns insumos aos agricultores e/ou atraindo produção de fora das áreas de concessão, oferecendo preços mais elevados (Ofico e Tschirley, 2003:6).

A nova *Estratégia para o Desenvolvimento do Algodão* (1998) do Governo tentou reforçar as posições dos agricultores encorajando-os a formarem associações para negociarem com as empresas. Os agricultores também foram apoiados por ONGs nacionais e internacionais que os ajudaram a melhor negociar com as empresas (Ofico e Tschirley, 2003: 6).

Contudo, os mesmos problemas persistem. Em resposta, o Governo adoptou uma política mais liberal que pretendia uma eventual retirada de privilégios a empresas concessionárias e permitindo mais operadores ao admitir que os agricultores façam contratos com novas empresas. De acordo com Ofico e Tschirley, esta mudança na política foi responsável pelo aumento da produção de algodão naquela altura (Ofico e Tschirley, 2003: 7).

Actualmente, o sistema de EJV ainda se mantém.

A distribuição de algodão está fortemente concentrada no Norte do país com 82,6% nas Províncias do Norte de Nampula e Cabo Delgado e nas restantes 17,4% no Centro (4% na Zambézia, 11,3% em Sofala, 1,8% em Tete e 0,4% em Manica), (Regional Workshop, 2005).

Há 10 empresas a operar no sector, das quais 4 são multinacionais, nomeadamente, Plexus, Dunavant, OLAM, e Geocotton. As fábricas de descaroçamento de algodão criaram 22.000 empregos (INAM 2009).

Localização da investigação: distrito de Morrumbala, província da Zambézia

Localização

A investigação de campo de que resultou este artigo decorreu no Distrito de Morrumbala, que se localiza na região do Baixo Zambeze da Província Central da Zambézia.

De acordo com Isaacman, Morrumbala tem um certo número de características distintas que dão uma vantagem comparativa em termos de produção de algodão e que permitiram prosperar durante o período colonial:

Na maior parte do Centro de Moçambique o algodão trouxe empobrecimento para a maioria dos camponeses. Só em casos raros os produtores foram capazes de sobreviver com dificuldades ou de prosperar de facto com o algodão. A Circunscrição de Morrumbala foi um desses casos. (Isaacman, 1996: 90).

Recentemente, contudo, a produção de algodão em Morrumbala, duma maneira geral, não tem respondido às previsões de Isaacman.

No período após a independência, Morrumbala foi um dos distritos mais afectados pela guerra civil. Durante o conflito de longa duração, sofreu grandes danos nas suas infra-estruturas, serviços e na economia em geral (Fearon e Laitn, 2005). Muitas empresas que operavam anteriormente, principalmente na produção de algodão e de arroz, deixaram de operar por causa da guerra (MAE, 2005:18).

Tal como no passado, o distrito está bem dotado de terra fértil, boa precipitação e um grupo significativo de trabalhadores não qualificados. Está situado perto de dois portos principais, o porto de Quelimane, a uma distância de aproximadamente 195 km, e o porto da Beira a uma distância de 550 km. Agora o distrito tem uma fábrica de descaroçamento de algodão construída em 1996 pela AGRIMO, com um investimento inicial de US\$ 11 milhões e com uma capacidade de cerca de 25 000 toneladas/ano (ORAM, 2005:19).

Perfil da actividade económica

Do total estimado de 304 000 habitantes,³ 164 000 (54%) encontram-se em idade laboral (15 a 64 anos). A vasta maioria (95%) da população do distrito pratica actividades agrícolas. Calcula-se que o desemprego em Morrumbala seja de 22%, enquanto 98% da população em idade laboral ou tem emprego próprio, ou trabalha dentro do agregado familiar. Somente 2% da população em idade laboral corresponde a trabalhadores assalariados dos quais mais de 90% são homens (MAE, 2005:41, INE, 1997).

Nível de Educação e de Alfabetização

Os níveis de analfabetismo são muito elevados no distrito, 89% no total. 96% das mulheres e 81% dos homens são analfabetos. A taxa de frequência escolar de 15% é muito baixa. A maior parte das crianças que frequentam o ensino primário é do sexo masculino. 94% das raparigas acima dos 5 anos nunca frequentaram a escola apenas 1% concluiu o ensino primário (MAE, 2005:31, INE, 1997).

Infra-estruturas e serviços

Conforme acima aludido, as infra-estruturas rodoviárias do distrito foram ou danificadas ou destruídas durante a guerra civil de 16 anos. Apesar de alguns melhoramentos, não existem estradas alcatroadas. O acesso à água potável é um problema sério no distrito.

No distrito existem apenas 6 escolas secundárias. Os centros de saúde também são extremamente inadequados, com uma unidade sanitária para 30 000 habitantes e um profissional de saúde qualificado para 6 300 habitantes (MAE, 2005:12). Não existe sistema bancário formal nem uma instituição de crédito formal.⁴ Em 2003, como consequência dos esforços feitos pela Dunavant, o distrito ficou ligado ao sistema nacional de fornecimento de electricidade com a electricidade proveniente da barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Dunavant e as operações de algodão em Morrumbala

A Dunavant Enterprises, Inc. é uma empresa multinacional com escritórios em 14 países e controla aproximadamente 5% da produção mundial de algodão.

Em 1996, a Dunavant Moçambique começou a investir na Zambézia. A sua sede principal na Zambézia está no Distrito de Morrumbala.⁵ Em 1999 adquiriu a fábrica de descaroçamento de algodão.

Detalhes da operação do algodão

A Dunavant compra algodão em bruto, que é fornecido pelos agricultores (nas províncias da Zambézia e Tete), a um preço fixo (acima do preço mínimo estabelecido pelo Governo) e, em troca, fornece gratuitamente insumos técnicos e sementes melhoradas. Em 2002/3, cada agricultor recebeu uma média de US\$ 65 pelo algodão vendido à empresa.

Para além da compra de algodão garantida, os insumos adicionais recebidos, incluem: 30-40 kg de sementes por hectare; pesticidas a crédito a 25% do preço do mercado; e, para os agricultores que cultivam 2 ou mais hectares, acesso a crédito para contratar mão-de-obra adicional (para desmatar, sacar e colher) e/ou para alugar um tractor. Também dá formação em organização e outros tipos de formação para agricultores.

Na época de 2002/3, a Dunavant prestou serviços a mais de 8.000 pequenos agricultores e na época do cultivo de 2003/4 o número duplicou para mais de 16.000, com o aumento correspondente de um valor total de venda de algodão de US\$ 1,8 milhões para US\$ 2,5-3 milhões. Em 2007, houve aproximadamente entre 35.000 e 46.000 agricultores envolvidos na produção de algodão no distrito.⁶

A fábrica de descaroçamento de algodão de Morrumbala tem capacidade para produzir 25.000 toneladas de algodão semente, 10.000 toneladas de fibra e 45.000 sacos de algodão.⁷

Planos para continuar com a expansão do sector do algodão: “Projecto de Melhoramento da Cadeia de Valor do Algodão”

Em Outubro de 2007, a Fundação Gates concedeu uma doação de US\$ 8 milhões para apoiar o *Projecto de Melhoramento da Cadeia de Valor do Algodão* que pretendia expandir a produção de algodão em Moçambique e melhorar o sustento dos pequenos agricultores. O Projecto está sendo co-gerido pela Dunavant Moçambique, o Programa de Desenvolvimento Internacional da CLUSA da Associação Nacional de Cooperativas de Negócios e o GAPI, SARL, uma empresa de serviços financeiros moçambicana que promove o investimento em pequenos e médios negócios. Os objectivos do projecto abrangem:

- Expandir o número de agricultores de algodão dos actuais 35.000 para 60.000;
- Aumentar o rendimento médio em 35% através do aumento da do rendimento agrícola e do lucro da colheita;
- Aumentar a participação das mulheres;
- Introduzir incentivos para que os agricultores adoptem práticas agrícolas mais viáveis e economicamente sustentáveis;
- Aumentar a produção agrícola geral em 60%;
- Criar associações de agricultores fortes e articuladas capazes de representar os interesses dos agricultores, principalmente na negociação do preço;

- Se o Projecto alcançar os seus objectivos, o número de pessoas que beneficiarão da presença da Dunavant Moçambique na região aumentará significativamente ao longo dos próximos anos.

Processo e metodologia da investigação

A investigação de campo foi realizada em três fases. Durante um período de 18 meses realizaram-se três visitas de campo.

1ª Fase: Familiarização com o contexto e construção de relações com as partes interessadas e informadores chave (Abril 2006).

2ª Fase: Inquérito usando questionário (Julho e Agosto de 2006): Um total de 31 dos inquiridos foi entrevistado usando um questionário semi-estruturado em Morrumbala-sede, Boroma e Megaza. A maioria dos inquiridos (19) eram agricultores e os restantes (12) eram pessoas empregadas na fábrica de descaroçamento do algodão. Do total dos 31 inquiridos, 2 eram mulheres. Em relação à propensão para o sexo masculino, deve ser observado que os agricultores mulheres foram abordados, mas a maioria recusou-se a ser entrevistada dizendo que os seus maridos podiam falar por elas. A maioria dos trabalhadores da fábrica de descaroçamento de algodão era constituída por homens.

3ª Fase: Recolha de Depoimentos dos Agricultores e Entrevistas com os Informadores-Chave (Setembro – Outubro de 2007): Para dar os tipos de conhecimentos necessários, a fim de se conseguir uma melhor compreensão das realidades das vidas daqueles que trabalham neste sector, em particular os próprios produtores, foram realizadas 20 entrevistas em aberto com os gestores da Dunavant e 9 entrevistas aprofundadas com agricultores e representantes da comunidade. Algumas perguntas em aberto foram usadas para orientar a discussão com os agricultores, mas, de uma maneira geral, permitiu-se que falassem livremente acerca das suas vidas e pontos de vista sobre várias questões tais como as suas relações com a Dunavant, as vantagens e desvantagens de se produzir algodão, as suas actividades diárias, a divisão do trabalho a nível do agregado familiar por idade e género, relações de género, uso da terra, padrões de cultivo e uso de trabalho assalariado.

Resultados

Os resultados dividem-se em 2 subsecções. (i) Agricultores e Trabalhadores da Fábrica de Descaroçamento da Dunavant: Esta subsecção apresenta os resultados do inquérito com questionário e/ou entrevistas em primeira mão com agricultores e trabalhadores da fábrica. Isto constitui a parte mais importante dos resultados

gerais da investigação. (ii) A Perspectiva de Negócio: Esta subsecção apresenta a “perspectiva de negócio” baseada na informação recolhida através das entrevistas com os gestores e funcionários seniores da Dunavant.

Agricultores e empregados da fábrica de descaroçamento da Dunavant

Quadro da Análise

O quadro principal aplicado aos propósitos da análise dos resultados é a Declaração Tripartida dos Princípios Relativos às Empresas Multinacionais e à Política Social da OIT (ILO, 1977), que trata das funções e responsabilidades respectivas dos Governos, das Multinacionais (EMN) e das organizações de empregadores e de trabalhadores sob as quatro rubricas seguintes:

- **Emprego:** promoção de emprego, igualdade de oportunidade e de tratamento; emprego seguro;
- **Condições de Trabalho e de Vida:** benefícios salariais e condições de trabalho; idade mínima; saúde e segurança;
- **Formação;**
- **Relações Industriais:** liberdade de associação e o direito de se sindicalizar.

Na tentativa de aplicar a Declaração ao sector da produção de algodão, logo se tornou evidente que ela visava os trabalhadores empregues no sector formal, primário e industrial.⁸ Os tipos de questões que trata, tais como procedimentos de oportunidades iguais, direitos contratuais, direitos de representação, negociações colectivas, etc., só podem ser aplicados directamente a trabalhadores de instituições formais e/ou convencionais tais como escritórios, fábricas, fábricas de montagem, etc. Em contraste, a relação que existe entre a Empresa Multinacional (EMN) – neste caso a Dunavant – e os agricultores de algodão de Morrumbala não está vinculada por um contrato formal e, portanto, não está sujeita às cláusulas da legislação nacional do emprego e/ou às normas das convenções internacionais do trabalho, do mesmo modo que estão os trabalhadores empregados nos outros sectores tais como a indústria e serviços.

Confrontados com este dilema, perguntámo-nos se devíamos abandonar o uso deste quadro e procurar uma alternativa. Ao considerar esta questão, observámos que os princípios subjacentes à Declaração – nomeadamente, o princípio da não discriminação, igualdade de oportunidades, o direito a um emprego seguro, à formação, a uma vida e condições de trabalho “decentes”, à saúde e segurança e

à representação – podem e devem ser aplicados a todas as formas de emprego e a todas as categorias de trabalhadores, sejam eles construtores, empregados de escritório ou agricultores. Assim, concluímos que o espírito da Declaração é tão importante para o sector do algodão como para os outros sectores e resolvemos usar este quadro e, onde necessário, adaptar os princípios subjacentes nela contidos às realidades das vidas dos agricultores de algodão.

Com estas ligeiras adaptações feitas, pode-se ver que muitas das áreas tratadas ao abrigo das rubricas acima mencionadas (por exemplo, promoção de emprego, igualdade de oportunidades e de tratamento, emprego seguro, salários e liberdade de associação e o direito a sindicalizar-se) têm uma influência directa no nível e/ou na segurança do rendimento daqueles que trabalham no sector do algodão em Morrumbala e, como tal, têm implicações nos padrões de acumulação e de redução da pobreza. Tanto quanto possível, considerações morais relativas ao trabalho infantil, a área da “idade mínima” têm também implicações nos padrões de acumulação e de redução da pobreza tanto agora como, em particular, no futuro.

Outras áreas (condições de trabalho, saúde e segurança) não têm tais associações económicas directas, mas podem ser consideradas como elementos necessários para a redução da pobreza em qualquer abordagem multidimensional. Relativamente a estas áreas, também nos referimos por vezes ao quadro do Trabalho Decente da OIT que foi elaborado logo após a Declaração Tripartida e ganhou um crescente reconhecimento internacional nos últimos anos. Por exemplo, a OIT tem feito pressão com algum sucesso para que “*o alcance de emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos*” fosse adicionado aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Emprego

Ao abrigo da Declaração Tripartida, o emprego é discutido com referência a três questões fundamentais: promoção do emprego; igualdade de oportunidade e de tratamento; e emprego seguro.

A promoção de emprego “*pleno, produtivo e livremente escolhido*” é a primeira questão tratada na Declaração. O emprego gerado pelas EMNs pode ser directo ou indirecto. Cada uma destas formas é, por sua vez, abordada.

Até onde o “emprego” puder ser considerado como uma fonte de rendimento em dinheiro, pode-se dizer que a Dunavant é a primeira fonte de emprego do distrito de Morrumbala. Conforme acima referido, em 2007 houve entre 35 000 e 46 000 agricultores envolvidos na produção de algodão. Adicionalmente, a Dunavant emprega 172 trabalhadores permanentes (na gestão central, desenvolvimento, extensionistas, transporte, oficinas e fábrica) e mais 350 a 400 trabalhadores sazonais empregues entre Maio e Dezembro.⁹

Ao contrário do “trabalho forçado” do tempo colonial, pode dizer-se que os agricultores entraram livremente na produção do algodão e numa relação contratual informal com a Dunavant por meio da qual produzem algodão e a Dunavant compra-o. Depoimentos dados pelos agricultores indicam que, na maior parte dos casos, tomaram eles próprios a livre decisão de entrar na produção de algodão na base dos benefícios percebidos. De igual modo, vários dos agricultores entrevistados declararam que aumentaram a terra dedicada ao algodão, a fim de serem capazes de aumentar os seus rendimentos.

Este resultado da investigação é confirmado pela tendência ascendente, ao longo dos últimos anos, do número de agricultores de algodão e de áreas de cultivo de algodão.¹⁰ A tendência pode ser justificada pelo facto de o algodão ser a única actividade geradora de rendimento com redes de insumos, mercado e serviços de extensão criados e mercado garantido em Morrumbala e nas regiões adjacentes. Esta situação poderá alterar-se caso sejam introduzidas outras culturas de rendimento que tenham rendimentos acima dos do algodão e, possam dessa forma concorrer com aquela cultura.

Para além do emprego directo criado, a Declaração também defende a função das EMNs na promoção de oportunidades de emprego indirecto através de ligações a jusante e a montante a nível local e nacional.

Aqui o historial da Dunavant é menos impressionante. Embora se possa dizer que a presença da Dunavant e o aumento da circulação de dinheiro na economia local tenham fornecido trabalho e rendimentos indirectamente aos negócios locais, através de oportunidades de comércio e/ou venda de serviços, está claro que não foi atingido o pleno potencial de geração de emprego indirecto.

Entrevistas com os representantes da Dunavant, assim como observações directas por parte dos investigadores revelaram que a causa disto se deve ao facto de o sector privado ser muito fraco e não ter capacidade e/ou capital requeridos para ser envolvido no fornecimento de inputs tais como adubos, fábrica de equipamento de protecção pessoal como máscaras, cabanas, luvas, tubos de irrigação e outros acessórios. O único sector até aqui beneficiado é o que está associado ao transporte de algodão dos centros de concentração para a fábrica de descaroçamento de algodão e daqui para os portos para exportação. Actualmente só há 13 camiões envolvidos neste processo o que resulta no atraso do transporte para os portos e na perda de algodão mediante a sua exposição à chuva, e desta forma também baixando o preço recebido pelos agricultores.

Apesar da falta de ligações a jusante e a montante dentro da actual situação, há potencial adicional para a promoção de emprego que não está a ser presentemente explorado, por exemplo, através da produção de óleo ou de sabão a partir da semente de algodão e/ou do uso da fibra de algodão produzida para vestuário e outros têxteis.

A falta destas operações de valor acrescentado no sector do algodão torna-o mais vulnerável às flutuações dos preços mundiais do algodão e também limita os

ganhos potenciais de rendimentos adicionais, restringindo assim os benefícios em termos da balança comercial e da economia no seu todo.

Em termos de *quantidade* de emprego criado, está claro que o algodão dá uma contribuição importante em termos de oportunidades de criação de emprego no Distrito de Morrumbala, local das operações da Dunavant na Província da Zambézia. Conforme reconhecido pelos próprios agricultores, isto teve um grande impacto:

“A maior vantagem de ter uma empresa como a Dunavant no distrito é que trouxe empregos para a área.” (João, agricultor com 41 anos de idade, 2007, Morrumbala)

Além disso, a Dunavant está a planear estender as suas operações e construir uma nova fábrica de descaroçamento de algodão, criando assim empregos adicionais (Pereira, 2007). Mais, o *Projecto de Melhoramento da Cadeia de Valor do Algodão, no Centro de Moçambique*, espera aumentar o número de produtores envolvidos na produção de algodão do nível actual de 35 000 para 60 000 (NCBA, 2007).

Esta criação de emprego aumenta claramente as oportunidades para a população local ganhar rendimentos e, dependendo do nível e da segurança destes rendimentos, para a redução da pobreza e quiçá criação de alguma riqueza.

Por outro lado, o pleno potencial para a criação de emprego não está a ser utilizado, o que resulta em perdas tanto para os habitantes do distrito como para a economia moçambicana no seu todo.

Igualdade de oportunidade e de tratamento

De acordo com a Declaração, é dever dos governos promoverem a “*igualdade de oportunidade e de tratamento no emprego*” e procurarem eliminar qualquer discriminação baseada na “*raça, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social*”. Por sua vez, as EMNs devem apoiar estes objectivos adoptando políticas e práticas que garantam tratamento justo tal como basear as decisões de recrutamento somente nas qualificações, capacidades e experiência.

Tais considerações têm impacto em quem é capaz de ganhar, e ganhar mais, de quaisquer benefícios que a presença da Dunavant traz para Morrumbala.

Várias das perguntas do questionário tocavam em questões relacionadas com procedimentos e práticas de igualdade de oportunidades, nomeadamente, critérios de recrutamento, de promoção e de salário. A investigação também encontrou algum indício de discriminação de género.

Critérios de Recrutamento e de promoção: As respostas sugerem geralmente que os procedimentos formais de oportunidades iguais são aplicados relativamente ao recrutamento e à promoção. Dos 12 inquiridos, acima de 90% foram recrutados

através de procedimentos formais. 66,6% dos trabalhadores inquiridos foram recrutados através de entrevistas (e dos restantes 25% com base na experiência), enquanto 50% foram promovidos com base na competência, e todos os restantes com uma única excepção com base na experiência.

Critérios de salário: Contudo, no caso dos níveis salariais, os inquiridos expressaram unanimemente a opinião de que a “nacionalidade” (que neste contexto é uma aproximação para “raça”) é a determinante principal. Esta percepção baseia-se no facto de a maior parte dos gestores seniores da empresa serem ou brancos ou “mestiços” e auferirem salários consideravelmente melhores do que os das contrapartes moçambicanas negras.

Discriminação com base no género: As oportunidades de emprego para as mulheres na fábrica de descaroçamento de algodão são restritas, só 9 de 80 pessoas empregadas são mulheres. Os inquiridos expressaram a opinião de que este caso se verifica porque as mulheres geralmente são menos qualificadas. Contudo, algumas vezes outras considerações podem impedir que as mulheres trabalhem. Uma engenheira agrónoma deixou a empresa porque lhe era muito difícil estar longe dos seus dois filhos e marido que vivem em Maputo.

Alguns indícios de discriminação com base no género foram descobertos pela investigação. Um entrevistado, numa posição de gestão sénior, revelou que duas agrónomas foram despedidas da empresa por estarem grávidas, uma vez que na óptica do patronato, a empresa não tinha condições financeiras para pagar a duas engenheiras em férias maternais!

Avaliação geral: Embora em face disto possa parecer que a empresa leve a sério a Igualdade de Oportunidades, os resultados sugerem que os padrões, tanto de discriminação de raça como de género, ainda são evidentes e é necessário que sejam resolvidos. As desvantagens históricas e estruturais podem ser vistas como a causa de raiz deste tipo de discriminação. Alguns argumentam que as mulheres e os trabalhadores negros tiveram pouco acesso à educação ao longo de décadas. Contudo, há medidas que a empresa pode adoptar para minimizar o problema. Isto implica que, embora muitos possam estar a ganhar com o funcionamento da Dunavant, são aqueles que tradicionalmente têm sido os mais privilegiados (trabalhadores do sexo masculino, brancos e mistos) que continuam a gozar da maior parte dos benefícios.

No caso dos agricultores, a natureza do seu trabalho não se presta facilmente a uma análise baseada no quadro Tripartido. Não obstante, tentou-se explorar com base nos resultados da investigação, a extensão em que são aplicados os princípios da Declaração relacionados com a igualdade de oportunidades e de tratamento. Adicionalmente à igualdade de oportunidades, também tentou-se avaliar o impacto da produção de algodão com base nas relações do agregado familiar e, em particular, nas relações de género entre homens e mulheres.

Igualdade de oportunidades: Presentemente não há barreiras ao acesso para os produtores de algodão. De facto, todos os esforços são feitos para tentar persuadir

tantos agricultores quanto possível a produzirem algodão e a aumentarem a quantidade de terra dedicada ao algodão, em oposição a outras culturas.

Discriminação com base na propriedade da terra (?): Contudo, relativamente a certos benefícios tais como crédito adicional, uso dos tractores da empresa e de outras tecnologias mecanizadas, o acesso é concedido em relação à quantidade de terra cultivada pelos agricultores onde aqueles que cultivam 2 ou mais hectares têm direito a estes insumos adicionais. Embora haja uma fundamentação sólida para estas políticas, dados os limites destes recursos (a Dunavant só tem meia dúzia de tractores e a oferta de crédito também é escassa), há o perigo de tal política poder reforçar, a longo prazo, o sistema de dois níveis, no qual os agricultores com acesso a mais terra também tenham acesso a mais privilégios, os quais, por sua vez, poderão alargar o fosso entre eles próprios e os pequenos agricultores, e poderá por fim ter como resultado a eliminação dos agricultores mais pequenos do sector.

Impacto na divisão do trabalho do agregado familiar e nas relações de género: Todos os membros do agregado familiar – homens, mulheres e crianças – estão envolvidos no processo de produção de algodão. Contudo, além do trabalho nas machambas de algodão, as mulheres também fazem a maior parte do trabalho que envolve a produção de culturas alimentares, assim como cuidar dos filhos, cozinhar e fazer a maior parte das tarefas domésticas em casa. Apesar disso, são geralmente os homens que são pagos quando o algodão é vendido. Além disso, uma entrevistada disse que as mulheres agricultoras não têm igual acesso ao microcrédito.

Os representantes da Dunavant também observaram que, a nível do agregado familiar, há tendência para as mulheres não serem envolvidas nos processos de tomada de decisão. Na perspectiva da empresa, isto é visto como um problema porque significa que as mulheres estão menos envolvidas e podem, por isso, ficar menos motivadas. O novo “Projecto de Melhoramento da Cadeia do Valor do Algodão”, co-gerido pela CLUSA e Dunavant, procura remediar isto pela promoção positiva da função das mulheres nas associações dos agricultores e pelo aumento dos seus poderes de tomada de decisão.

Embora à superfície pareça que a produção de algodão tanto perpetua como reforça ainda mais a desigualdade de género, os resultados da investigação revelam a presença duma dinâmica de poder mais subtil pela qual o estatuto das mulheres no agregado familiar tem aumentado e elas têm sido capazes de usar a sua contribuição laboral como moeda de troca nas suas relações com os homens. Por exemplo, uma das entrevistadas disse:

A Dunavant tem-nos ajudado muito a nós mulheres do distrito e agora temos algum dinheiro para comprar roupa e outras coisas necessárias. Embora os nossos maridos recebam e guardem o dinheiro, quando pedimos alguma coisa

eles nunca dizem que não porque nós é que produzimos o algodão. (Marina, 29 anos de idade, 2007, Morrumbala)

Como tal, a presença da Dunavant parece estar a melhorar o acesso das mulheres ao rendimento.

Emprego Seguro

Embora a Declaração Tripartida trate da questão do emprego seguro, a questão mais pertinente do ponto de vista dos agricultores relaciona-se com o rendimento seguro, importância do qual foi reconhecida pela OIT noutros lugares:

Todos – independentemente de onde vivem – precisam dum nível mínimo de segurança social e de segurança do rendimento. (OIT, 1999)

Embora o sistema concessionário tenha alguns benefícios para os agricultores no sentido de saberem que poderão vender o seu algodão à Dunavant, a principal desvantagem do ponto de vista dos agricultores é que têm de suportar a maior parte dos riscos. Se os preços no mercado mundial caírem, eles perdem. E, em segundo lugar, se a colheita falhar devido ou à seca ou às cheias, eles também perdem porque têm todavia de pagar todo o crédito, apesar de terem ficado sem nada para vender. Conforme observado por um agricultor, mesmo quantidades mínimas ganhas estão sujeitas à incerteza:

E às vezes depois de trabalhar arduamente não chove ou então chove demasiado. Em ambos os casos todo o nosso trabalho árduo e dinheiro não servem para nada e ficamos com dívidas para pagar. (José Alberto, agricultor de algodão e pai de 5 filhos. 2007, Morrumbala)

Um agricultor reportou que, devido à seca, a sua produção de algodão reduziu em metade em 2007, tendo descido para 30 sacos contra os 60 do ano anterior.

Os agricultores com recursos muito limitados são muito mais vulneráveis a riscos referentes ao fracasso da colheita e à baixa dos preços do mercado do que as EMNs, mas com o actual regime são eles que suportam os riscos. O reequilíbrio do peso do risco pode resultar numa redução da pobreza maior do que a actualmente alcançada e subsequentemente numa maior acumulação de riqueza.

Condições de trabalho e de vida

As condições de trabalho e de vida formam a segunda área abordada pela Declaração Tripartida. Trata de três grandes sub-áreas:

- Salários , benefícios e condições de trabalho.
- Idade mínima.
- Segurança e saúde.

Estas são abaixo discutidas. Contudo, em vez de discutirmos salários, enfatizamos a questão dos preços do algodão que é o equivalente mais próximo dos salários no que diz respeito aos agricultores. Nesta primeira sub-área, também abordamos as áreas relacionadas ao acesso a crédito e à serviços de extensão, aos custos dos insumos, ao funcionamento do sistema de classificação do algodão e à questão do papel e apoio do governo.

Muito tem sido escrito na literatura por Isaacman et. al (1988, 1983), Pitcher (1994, 1993, 1991) e outros autores sobre a vida fatigante dos cultivadores de algodão e, como revelado por testemunhos orais dos agricultores durante o processo de trabalho de campo, a vida dos cultivadores de algodão continua a ser muito dura. O trabalho começa antes do alvorecer e continua até após o crepúsculo, com algumas paragens ao meio, de forma a utilizar as horas em que o calor do sol é menos intenso. O próprio trabalho também é muito árduo e vários respondentes ao inquérito lamentaram a falta de métodos alternativos de produção tais como a tracção animal ou maquinaria (tractores e camiões) para ajudar a aliviar o trabalho. A jornada das mulheres é ainda mais longa e mais árdua do que a dos homens porque, para além do seu trabalho nos campos de algodão, também têm de cuidar das suas machambas, apanhar lenha, buscar água e fazer a maior parte das tarefas domésticas.

O trabalho na fábrica de descaroçamento é feito em dois turnos de oito horas. Embora o processo seja mecanizado, as condições na fábrica são desagradáveis. Os trabalhadores permanecem praticamente todo o turno de pé. A maquinaria é muito ruidosa e não existe protecção para os ouvidos. As partículas de fibra de algodão voam por todo o lado, e existe o risco de penetrar na garganta e pulmões, causando desconforto e tosse. Deveriam ser usadas máscaras para aliviar alguns desses riscos, mas, como discutido na secção seguinte, estas raramente são usadas apesar de fornecidas pela empresa. Os trabalhadores da fábrica de descaroçamento também têm de transportar todos os sacos de algodão, que são pesados, da fábrica para o armazém. Trabalhar numa fábrica de descaroçamento é fisicamente muito exigente e extenuante.

Preços, custos e apoio ao algodão

A principal queixa dos agricultores não foi o trabalho árduo envolvido, mas o baixo preço com que são pagos pelo algodão que produzem. Esta questão foi sistematicamente levantada por todos os agricultores com que se falou assim como pelos respondentes ao inquérito.

Quase dois terços (64,5%) dos respondentes ao inquérito disseram que o algodão tem um preço demasiado baixo. Contudo, como muitos apontaram, eles não estão em posição de fazer muito acerca disso:

Não estamos satisfeitos com os preços, que nos pagam que não compensam o nosso trabalho árduo. Continuaremos a produzir porque não temos outra fonte de rendimento. (Carlos, de 45 anos de idade, 2007, Morrumbala)

Como as coisas estão, devido à natureza monopolista do sistema concessionário, os agricultores não têm outra escolha senão vender à Dunavant. Mas caso apareça uma outra cultura com maior rendimento e menos intensidade, não temos dúvidas que a maior parte dos agricultores passarão para esta.

Perguntou-se aos entrevistados o que pensavam sobre o sistema. Todos os 19 agricultores exprimiram o ponto de vista de que deviam ser autorizados a vender o seu algodão a quem quer que escolhessem.

Mais de dois terços dos respondentes ao inquérito dos agricultores sentiam que o sistema de fixação de preço era injusto. O preço mínimo para o algodão (que normalmente termina como preço aplicado) é estabelecido pelo Instituto de Algodão de Moçambique (IAM) em consulta com a Associação das Algodozeiras de Moçambique (AAM). Os agricultores estão nominalmente e não efectivamente representados nestas negociações. O preço final é anunciado durante a estação da colheita. A Dunavant anuncia as suas perspectivas de preços em Outubro – antes da estação da sementeira – para permitir que os agricultores planifiquem de acordo com isso (Pereira, 2007). De acordo com Pereira (2007), o preço da Dunavant é sempre mais elevado do que o preço oficial. Algumas vezes a IAM e a AAM não conseguem alcançar um acordo sobre o preço mínimo, o que aumenta as incertezas dos agricultores.

Quando questionados sobre como os preços deviam ser fixados, cerca de 25% achava que os preços deviam ser estabelecidos pelo mercado, cerca de 10% pelo Governo, enquanto a maioria – perto de dois terços – achava que devia ser estabelecido pelos produtores locais.

Embora o ponto de vista dos agricultores seja compreensível, põe-se a questão de como estes poderiam ser envolvidos se não se encontram organizados. Projectos como o da CLUSA são importantes para ajudar na criação de organizações de base dos agricultores.

Acesso ao crédito e a serviços de extensão

Como não existe nenhum banco na área, a única fonte de crédito é a Dunavant. Alguns agricultores comentaram que o custo do crédito consome todos os seus magros proveitos:

Apesar de todo o nosso trabalho árduo, no fim ficamos com nada porque todo o nosso dinheiro vai para a Dunavant para repor o crédito que ela nos deu. (João, de 41 anos de idade, Morrumbala, 2007)

Embora gratos por poderem ter acesso ao crédito, um certo número de agricultores comentaram que gostariam antes de ter crédito doutros credores como um banco independente, em vez de estarem “amarrados” à Dunavant. Em Março de 2009, um banco foi oficialmente estabelecido em Morrumbala.

Um ponto de vista semelhante exprimiu um agricultor em relação aos serviços de extensão que são actualmente prestados pela Dunavant. Disse:

Se estes serviços fossem prestados pelo Estado em vez da Dunavant, isso podia ajudar a obter um melhor preço para o algodão. (Pedro, Morrumbala, 2007)

Sendo a justificação o facto de que o Estado teria uma melhor posição para negociar se fosse menos dependente da Dunavant para prestar este serviço essencial aos agricultores.

Perguntou-se aos inquiridos como compram os insumos para a actividade de produção de algodão. Mais de metade – 17 (54,8%) – disseram que adquirem crédito da empresa, enquanto 12 (38,7%) disseram que o adquirem localmente.

Um inquirido disse que o que ganham não é suficiente para comprar todos os insumos, e as vezes têm de recorrer aos seus próprios fundos. De acordo com alguns testemunhos, isto é, em parte, devido aos altos custos dos insumos:

O preço do algodão é baixo, enquanto o preço dos insumos que compramos da Dunavant é elevado. (João, agricultor, de 41 anos de idade, 2006, Morrumbala)

Outra questão levantada pelos agricultores em entrevistas individuais foi a forma pela qual o algodão é classificado. A classificação do algodão não é uma ciência exacta e os agricultores alegam que alguns intermediários abusam da sua posição e tiram vantagem dos baixos níveis de alfabetização dos agricultores para atribuírem uma classificação baixa, resultando em perdas para os agricultores e recebendo um pagamento inferior ao que deviam receber.

No tempo da colheita, há disputas com a Dunavant porque as pessoas que fazem a pesagem e a classificação não são honestas. Algumas vezes classificam como algodão de segunda, quando de facto é algodão de primeira, e não confiamos nas balanças que trazem. Pensamos que algumas balanças foram alteradas de forma que o algodão pese menos do que realmente pesa. (Carlos, agricultor de 45 anos de idade, Morrumbala, 2006)

A maior parte dos agricultores entrevistados sentia que o Governo não estava

a fazer o suficiente para apoiar os agricultores de algodão. Alguns sentiam que o Governo deveria ajudá-los a conseguir um preço melhor para o seu algodão, enquanto outros sentiam que deveria garantir a pesagem correcta do algodão.

Avaliação respeitante aos salários, benefícios e condições de trabalho

As condições de trabalho são muito duras para os agricultores devido à sua natureza árdua e manual. O fardo poderia ser aliviado em certa medida com o acesso à tracção animal ou a equipamento mecanizado. Contudo, como se observou atrás, o crédito para tractores, assim como para mão-de-obra adicional, só é acessível a agricultores com mais de 2 hectares de terras. Isto sugere outro possível aspecto do sistema de dois níveis com os mais pequenos agricultores condenados a trabalho mais fatigante do que os com mais terra.

As condições de trabalho dos trabalhadores da fábrica de descaroçamento são desagradáveis, embora os impactos adversos na saúde pudessem ser reduzidos se os trabalhadores da fábrica de descaroçamento usassem as máscaras distribuídas.

A falta de representação dos agricultores nas negociações para fixação de preços significa que estes têm pouco controlo sobre os rendimentos que recebem, apesar do facto de a Dunavant anunciar o seu preço antes da estação das sementeiras, significar que podem planificar com conhecimento do rendimento que receberão. A natureza do sistema concessionário significa que não existe competição que poderia aumentar o preço que os agricultores recebem. Com os seus baixos rendimentos, pode ser difícil para os agricultores adquirirem os insumos que poderiam melhorar os níveis de produção.

Assim, embora a presença da Dunavant tenha oferecido emprego e melhorado os rendimentos de muitos, os agricultores ainda estão em desvantagem em muitos aspectos. Mais acesso a insumos (acessíveis), maior controlo sobre o preço e uma mudança do sistema concessionário, tudo isto poderia melhorar as condições de trabalho, níveis de rendimento ou de segurança dos agricultores, significando maior redução da pobreza do que a que é actualmente alcançada.

Os resultados da nossa investigação mostraram que as crianças estão muito envolvidas no processo de produção de algodão. Testemunhos apresentados pelos agricultores revelaram que em alguns casos, crianças com nove anos de idade têm de ajudar nos campos:

Eu tenho cinco crianças e todas ajudam no campo. Eles têm 16, 14, 13, 9 e 5 anos de idade. Todos, excepto o mais novo, ajudam no campo e noutras tarefas domésticas. (José Alberto, 2006, Morrumbala)

Existem duas Convenções principais da OIT que tratam da questão do trabalho infantil. São a Convenção nº 138 sobre a Idade Mínima para Admissão a Emprego e Trabalho e a Convenção nº 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999. A primeira destas (nº 138) pretende *“a abolição efectiva do trabalho infantil”* (Artigo 1) e a segunda (nº 182) estabelece uma série de medidas a serem tomadas pelos Estados membros de forma a garantir *“a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil como uma questão urgente”* (Artigo 1). Moçambique ratificou ambas as Convenções em 2003. O trabalho infantil também é proibido ao abrigo da Constituição Moçambicana (Artigo 121.4).¹¹

As três questões principais tratadas sob essas Convenções são: a idade em que uma criança pode começar a trabalhar; o tipo de trabalho que a “criança” pode fazer e a necessidade de garantir que não seja negado à criança o seu direito à escolarização. Todas essas três questões são relevantes no caso do envolvimento das crianças na produção de algodão em Moçambique e serão aqui discutidas.

Deve-se observar que a Declaração Tripartida trata apenas da idade mínima e não do acesso à escolarização, mas a pesquisa tratou esta última porque a considerou importante no que respeita ao desenvolvimento a longo prazo do Distrito.

Para os países desenvolvidos, a idade mínima estabelecida é não inferior a 15 anos. Mas, em países cuja *“economia e instalações educacionais são insuficientemente desenvolvidas”*, isso pode ser reduzido para 14 anos. Mais, ao abrigo do Artigo 7, isso pode ser reduzido para 13 anos no caso de *“trabalhos ligeiros”*.

Moçambique seria certamente considerado como um país cuja economia é insuficientemente desenvolvida, assim, o emprego de crianças a partir de 13 anos seria considerada como permissível ao abrigo da Convenção (desde que os trabalhos que executem sejam *“trabalhos ligeiros”*).

Contudo, em Morrumbala, como acima observado, é vulgar que crianças consideravelmente mais jovens do que 13 anos de idade trabalhem nos campos. Por isso, mesmo que trabalhar numa plantação de algodão pudesse ser considerado *“trabalho ligeiro”* (que de qualquer forma não o é!), seria todavia considerado violação ao abrigo das disposições da Convenção.

A Convenção aplica-se a qualquer tipo de emprego que possa *“comprometer a saúde, a segurança ou a moral dos jovens”*, tal como definido pelas leis ou regulamentos nacionais (Artigo 3). Embora algumas excepções sejam previstas ao abrigo da Convenção, são dados alguns exemplos específicos onde não há excepções. Estes incluem: *“trabalho nas plantações e outros empreendimentos agrícolas produzindo principalmente para propósitos comerciais, mas excluindo explorações familiares e de pequena escala”* (Artigo 5).

No caso do algodão, é claramente produzido para propósitos comerciais, mas algumas famílias só cultivam um ou dois hectares que podem ser considerados explorações de pequena escala. Assim não está inteiramente claro se o emprego de crianças nos campos de algodão seria considerado sujeito a excepção ou não.

Importa ressaltar que o trabalho de campo não recolheu informação sobre o tipo de trabalho realizado por crianças, incluindo trabalho potencialmente perigoso, como o manuseamento de pesticidas químicos.

Sobre a questão da escolarização, as entrevistas com os agricultores sugerem, na maior parte dos casos, que as crianças frequentam as escolas. Também disseram que as crianças beneficiam da presença da Dunavant porque o rendimento extra ganho pelas famílias lhes permitiu pagar os custos da escolarização. Contudo, de acordo com um funcionário sénior empregado na sede da Dunavant, muitas vezes as crianças são retidas fora das escolas e este problema agrava a falta de capacidades na área, sentida pela Dunavant. De qualquer forma, as horas de trabalho no campo são bastante longas – de cerca das 4h da manhã às 9h da manhã, e depois de novo de cerca das 4h da tarde às 6h da tarde. Assim, mesmo que as crianças frequentem a escola no intervalo entre estes períodos, é provável que o seu envolvimento no processo de produção do algodão tenha um impacto adverso no seu desempenho escolar.

Está claro que crianças abaixo da idade mínima estipulada ao abrigo das Convenções estão a trabalhar no cultivo de algodão em Morrumbala, embora não esteja claro, devido à natureza da agricultura de pequena escala, se estão ou não sujeitas a excepção, nos termos das Convenções. A frequência à escola pelas crianças tem implicações, quer a curto quer a longo prazo, para os padrões de acumulação e de redução da pobreza, embora o quadro no respeitante à frequência escolar em Morrumbala seja misto. O rendimento do algodão pode permitir que os pais enviem os filhos para a escola, mas o trabalho em si pode significar que o seu desempenho na escola seja afectado ou que sejam totalmente afastados da escola. Este último ponto está de acordo com a noção de que o trabalho infantil é o resultado das necessidades económicas dum agregado familiar a curto prazo terem precedência sobre considerações a longo prazo. A frequência à escola melhoraria a longo prazo as possibilidades de geração de rendimentos e redução da pobreza, uma questão apontada pela Dunavant a respeito de capacidades disponíveis.

Ao abrigo do parágrafo 38 da Declaração Tripartida, *“As EMNs devem manter os mais altos padrões de segurança e saúde”*.

A investigação observou que os pesticidas usados na pulverização da cultura são muito tóxicos e os agricultores muitas vezes não usam as máscaras e luvas disponibilizadas para se protegerem. Os trabalhadores da fábrica de descaroçamento também deveriam usar máscaras para impedir que as partículas de fibra e poeira entrem nos seus pulmões, mas frequentemente não as usam.

A Dunavant dá instruções, quer aos agricultores quer aos trabalhadores da fábrica, para usarem máscaras. Contudo, parece não compreenderem plenamente as sérias consequências para a saúde de não as usarem.

Ao abrigo da Declaração Tripartida, está implícito que as EMNs devem ter um impacto líquido positivo nos padrões de vida básicos da população local (parágrafo 34).

Com base nas nossas observações directas e nos comentários das pessoas inqueridas, quer como parte das entrevistas formais quer no discurso informal, está claro que, apesar do baixo preço do algodão, a natureza do trabalho e outras questões, a Dunavant tem tido um impacto marcado e principalmente positivo nos padrões de vida e nas condições no Distrito.

Dos agricultores e trabalhadores da fábrica de descaroçamento, 35,5% disseram que o principal impacto nas suas vidas tinha sido o acesso ao emprego e salários e poder de compra melhorado, enquanto 64,5% disseram que foram as melhores condições de vida.

Embora os agricultores se sintam lesados por a recompensa pelo seu trabalho ser tão pequena, a maior parte deles reconhece que, na ausência da Dunavant, as coisas seriam ainda piores:

Sem a Dunavant, não teríamos sequer o pouco dinheiro que temos. (João, 2006, Morrumbala)

Os tipos de melhorias mencionados a nível dos agregados familiares individuais são:

- acesso a necessidades básicas (roupa, alimentos);
- casas melhoradas (feitas de tijolos com tectos de zinco);
- melhorias de transporte tais como bicicletas e motorizadas;
- acesso a bens de consumo duráveis como rádios e televisores;
- Capacidade de pagar as propinas e outras despesas escolares.

A nível do distrito, acredita-se amplamente que a Dunavant tem tido um impacto importante, como mostra a disponibilidade de comodidades, tais como pequenos hotéis, uma discoteca, escolas secundárias, abastecimento de energia, rede de telefones móveis, etc., que não existem nos distritos vizinhos.

Mário Mepinha, um agricultor de 49 anos sumariza:

... antes de vir a Dunavant, tínhamos muitos problemas. Não tínhamos dinheiro, havia poucas lojas e a vila não tinha energia, nem hotéis nem bares. Agora, as coisas mudaram e penso que a Dunavant foi o motor por detrás destas mudanças. Duvido que sem a Dunavant tivéssemos electricidade neste distrito, nem teríamos estradas tão boas como temos. Hoje, as nossas crianças têm emprego garantido e temos a garantia de que a Dunavant comprará todo o nosso algodão... (M. Mepinha, Morrumbala, 2006)

A terceira área tratada pela Declaração Tripartida é a formação. Ao abrigo do Artigo 30, as EMNs devem garantir que *“seja dada formação relevante a todos os níveis de empregados”* e que essa formação *“desenvolva capacidades em geral úteis e promova oportunidades de carreiras”*.

Dos 31 agricultores e trabalhadores da fábrica de descaroçamento que reponderam ao questionário semi-estruturado, mais de 90% disseram que receberam formação e todos, à excepção de um, disseram que foi útil.

Os agricultores recebem formação no uso de pesticidas e técnicas agrícolas. Nos seus testemunhos, vários agricultores disseram que estavam satisfeitos com a formação recebida. Contudo, dado que muitos agricultores ainda não estão a adoptar as melhores práticas, a aplicação de pesticida, por exemplo, a formação e aconselhamento que recebem poderiam ser reforçados.

Parece provável que a formação recebida tenha ajudado os agricultores e trabalhadores da fábrica de descaroçamento a trabalhar com maior produtividade, com implicações positivas para o seu rendimento. Contudo, dado que os agricultores ainda estão a trabalhar em formas sub-óptimas, talvez pudessem beneficiar ainda mais de mais formação.

O princípio fundamental subjacente às disposições e recomendações da Declaração Tripartida no que respeita à sua quarta área principal, as relações industriais, reside nos direitos de todas as partes a serem envolvidas nos processos de tomada de decisão especialmente nos com relevância directa na vida e bem-estar dos envolvidos.

A questão das relações industriais também está presente na Agenda de Trabalho Decente como parte deste quarto pilar que fala de *“Governança e Diálogo Social”*.

Não existe nenhum sindicato na fábrica de descaroçamento. Isto é principalmente devido ao facto de a gestão não encorajar a actividade de sindicatos de nenhuma espécie. A ausência dum sindicato foi lamentada por um certo número de inquiridos que comentaram que, a existencia de um sindicato ajudaria os trabalhadores a verem algumas das suas queixas e problemas resolvidos.

Os agricultores possuem grupos que se pressuporia serem capazes de os representar e negociar em seu nome. Contudo, esses grupos são muito fracos e francamente inoperantes.

A maioria dos agricultores não está satisfeita com a relação que tem com a empresa. 74% dos agricultores entrevistados disseram que a relação era *“má”*, enquanto 26% disseram que era *“aceitável”*.

Um tema recorrente que emergiu da investigação dos agricultores é que se sentiam mal tratados e incapazes de mudar esta situação:

Não temos nenhum poder de tomada de decisão. (João, 2006, Morrumbala)

Eles sentem-se lesados pela Dunavant e também pelo Governo que na sua óptica deveria negociar a seu favor.

Um dos objectivos do projecto CLUSA é o de criar associações fortes e articuladas capazes de representar os interesses dos agricultores, principalmente nas negociações dos preços. Este objectivo está de acordo com o conceito de Boa Governação e Diálogo Social, o quarto pilar da Agenda de Trabalho Decente da OIT. Isto sublinha a importância do diálogo social entre governos, empregadores e trabalhadores, que constitui parte integrante de qualquer estratégia que tenha em vista promover o trabalho decente.

A perspectiva de negócios: principais desafios enfrentados pela Dunavant

Esta secção baseia-se nos comentários feitos pelo Director Geral da Dunavant em Moçambique e outros representantes seniores da Dunavant, alguns baseados nos escritórios de Morrumbala e outros baseados em outros distritos da Província da Zambézia e/ou Província de Tete.

Na perspectiva da empresa os problemas são:

- O mau estado das estradas que torna os transportes mais lentos e aumenta o seu custo;
- A falta de instalações portuárias adequadas no Porto de Quelimane, forçando a empresa a usar as instalações do porto mais distante (da Beira);
- Tendo em conta a localização de Moçambique, é difícil explorar os mercados europeus;
- Os atrasos burocráticos. Por exemplo, há atrasos no fornecimento de mapas, necessários para localizar os agricultores quando é altura de efectuar pagamentos. Também há atrasos no fornecimento de luvas de segurança;
- Falta de mecanismos de cumprimento do contrato: é difícil impedir os agricultores de venderem no vizinho Malawi, onde podem conseguir preços melhores e isto resulta em algumas perdas. De acordo com Pereira (Director da Dunavant em Moçambique), na colheita de 2005/6, a Dunavant perdeu 700 toneladas de algodão, ilegalmente vendido ao Malawi;
- Fracos níveis de produtividade. Estes estão entre os mais baixos de toda a região da África Austral. A Dunavant está entre as muito poucas empresas que leva a cabo pesquisa em sementes, usando o seu campo experimental de Lipembe. Tendo isso em conta, a Dunavant tem sido capaz de aumentar os seus níveis de produtividade ao longo dos anos e estes ultrapassaram

agora os dos agricultores na cintura de algodão de Nampula. Contudo, este trabalho não é complementado pela pesquisa do Governo;

- Não-reeembolso do crédito e desonestidade dos agricultores. Se a colheita falha, é então difícil para os agricultores reporem o crédito. Além disso, quando os agricultores não podem pagar, mudam frequentemente de nome para não serem encontrados pela empresa. Adicionalmente, foi reportado que os agricultores frequentemente tentam enganar a empresa usando varias tecnicas como molhar parte do algodao, misturando varias categorias de algodao, metendo pedras nos sacos com o objectivo de aumentar o peso.

Pode-se ver pelo exposto acima que a Dunavant enfrenta um certo número de constrangimentos estruturais sobre os quais tem pouco ou nenhum controlo. A acção do Governo em termos de melhorar a infra-estrutura e apoiar a investigação poderia permitir reduzir os custos da empresa e melhorar a produtividade, benefícios que poderiam possivelmente passar para os agricultores através da melhoria dos preços e das variedades de sementes.

Conclusões

Os resultados mostram que a contribuição mais importante que está a ser feita pela Dunavant na esfera do emprego é a sua oferta de oportunidades de geração de rendimentos a um grande número de agricultores na produção e venda de algodão, bem como oferecendo um número (embora menor) de empregos aos trabalhadores da fábrica e a algumas empresas locais. Os rendimentos aumentaram para a maior parte, embora não substancialmente.

Comparando com o trabalho forçado do período colonial, os agricultores aumentaram relativamente a sua autonomia em termos de optar por entrar na produção de algodão ou não. Com a presença da Dunavant têm também agora mais escolha em termos de equilíbrio entre culturas de rendimento e produção de alimentos e a divisão do trabalho dentro do agregado familiar. As culturas alimentares ainda continuam a ser produzidas, portanto, a produção de algodão não constitui uma ameaça para a saúde e segurança alimentar. De facto, de acordo com Benfica (2003 e 1998), os agricultores de algodão cultivam mais milho porque o milho é usado como salário para a mão-de-obra adicional contratada.

Embora as mulheres suportem um fardo desproporcionado de trabalho, especialmente se se tomar em conta as suas tarefas domésticas e responsabilidades com as crianças, o seu papel na geração de rendimentos produzindo algodão para a Dunavant parece ter melhorado o seu poder de negociação e acesso a rendimentos dentro do agregado familiar.

A presença da Dunavant no distrito também melhorou o acesso a bens e serviços (electricidade, escolas, água etc.), elevando os padrões de vida dos habitantes locais.

Contudo, no que respeita a alguns dos outros termos da Declaração Tripartida, os resultados sugerem que o desempenho da Dunavant está na extremidade mais baixa do espectro em termos de Empresas Multinacionais e nalgumas áreas dificilmente se poderia considerar que corresponda aos padrões esperados.

Enquanto, para alguns agricultores, a presença da Dunavant pode estar a ajudá-los a sobreviver no contexto do desemprego crónico em todo o país, as condições de trabalho são muito duras enquanto o padrão de vida oferecido é, no melhor dos casos, parco. O preço pago aos agricultores pelo seu algodão é insuficientemente adequado para ir ao encontro das suas necessidades e a maioria sente-se desapontada e explorada.

O sistema actual baseia-se em relações muito assimétricas com a empresa, que tem o poder de estabelecer preços e estabelecer geralmente as regras. Nesse sentido, pode considerar-se que não é muito diferente da situação sob o sistema de produção forçada. A falta de poder de tomada de decisão dos agricultores, que são forçados a aceitar os termos que lhes são oferecidos, é uma fonte de irritação e ressentimento.

Os agricultores também suportam uma grande proporção de riscos de insucessos nas culturas e instabilidade dos preços e, seja qual for a colheita, têm todavia de pagar o crédito para os insumos.

Como empregador, a Dunavant podia responder melhor às seguintes questões:

- Seja ou não considerado como “Trabalho Infantil” ao abrigo de Convenções internacionais, muitas crianças estão a trabalhar no cultivo de algodão no Distrito e a empresa podia fazer mais para desencorajar essa prática;
- Embora existam algumas práticas de saúde e segurança, muito mais poderia ser feito para garantir a adesão a estas práticas; a empresa, os agricultores e trabalhadores da fábrica de descaroçamento podiam fazer muito mais, em termos a utilização do equipamento disponibilizado pela empresa;
- Existe alguma evidência de discriminação de género, apesar de não ser sistemática;
- Na área de relações industriais e direitos de associação dos trabalhadores, a empresa parece desencorajar activamente a sindicalização dentro da fábrica de descaroçamento.

Para além da área de influência da empresa, os custos de produção da Dunavant são muito altos devido a falhas de mercado e a infra-estruturas pobres, enquanto os baixos níveis de habilitações significam que há força de trabalho insuficientemente qualificada.

Em termos de futuro, há um risco de, gradualmente, apenas os agricultores mais “eficientes e produtivos” permanecerem dentro do sistema de contrato como resultado da prossecução da maximização dos lucros e o fornecimento de certos insumos tais como tractores aos maiores agricultores. Isto levaria a que os agricultores mais pequenos e menos eficientes ficassem de fora, invertendo para estes últimos os benefícios advindos da presença da Dunavant.

Em suma, ainda que os métodos abertamente coercivos para levar os agricultores a produzirem algodão aplicados na era colonial tenham desaparecido, a realidade dos agricultores hoje não mudou dramaticamente. A vida dos produtores de algodão continua a ser consideravelmente desagradável e as compensações são magras com rendimentos significativamente abaixo dos níveis de pobreza internacionalmente reconhecidos. Mesmo assim, os milhares de agricultores pobres que escolhem este modo de vida fazem-no porque as alternativas ainda são piores. Para a maior parte, a questão é afundar ou nadar:

Não há outros empregos aqui, por isso, na realidade não temos outra escolha. ...o algodão é a nossa única fonte de rendimento. (José, pai de 5 filhos, Morrumbala, 2006)

Pode-se perguntar se o sistema de produção forçada que existia sob o colonialismo terminou realmente, ou se foi simplesmente substituído por uma versão mais “tragável” do século 21 com base no controlo do monopólio.

Embora, a vida ainda pareça ser muito desagradável para os agricultores, há espaço para melhorias substanciais nalgumas áreas, como enfatizado nos Resultados respeitantes às Condições de Trabalho e de Vida, a presença da Dunavant teve efeitos benéficos em termos de emprego e rendimentos, em termos da posição da mulher, em termos de comodidades e de infra-estruturas no distrito.

Notas

¹ CEMO (Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais), Moçambique e Universidade de East Anglia, RU.

² Outras fontes declaram haver 300.000 agregados familiares (NCBA 2007).

³ Estes dados são do recenseamento de 1997.

⁴ Foi reportado por um dos principais jornais nacionais (Notícias, Janeiro 2008) que o BCI (um banco comercial) está a planificar abrir uma sucursal em Morrumbala. Além disso, em 2007 o GAPI, instituição de crédito para pequenos negócios, também abriu uma sucursal em Morrumbala como parte do Melhoramento da Cadeia de Valor do Algodão executado por CLUSA, Dunavant e GAPI, patrocinado pela Fundação Bill e Melinda Gates.

⁵ Durante vários anos a Dunavant teve a sua sede na cidade de Quelimane.

- ⁶ Uma fonte (NCBA, 2007) calcula que o número de agricultores seja cerca de 35.000, mas os números fornecidos pela Dunavant são de mais de 46.000 para a estação de 2007/8.
- ⁷ Entrevista com Amir, Gestor de Operações Comerciais e de Descaroçamento de Algodão, 2006, Morrumbala.
- ⁸ A questão da propensão da OIT para os países industrializados também foi levantada por outros. (Ver, por exemplo, Ghai, 2002:2).
- ⁹ Entrevista, Gestor dos Recursos Humanos (2006, Morrumbala).
- ¹⁰ Eng. Destino 2007, comunicação pessoal.
- ¹¹ É proibido o trabalho de quaisquer crianças, quer em idade de escolaridade obrigatória quer em qualquer outra.

Referências

- Benfica, R. (2003). *Agricultural and Agro-Industrial Investment Strategies, Broad-based Income Growth and Poverty Reduction in Rural Mozambique: A Regional Economy-wide approach*. Michigan State University.
- Benfica, R. (1998). *An Analysis of the Contribution of Micro and Small Enterprises to Rural Household Income in Central and Northern Mozambique*. Michigan State University.
- Fearon, J. and D. Laitin. (2005). *Mozambique*. (draft). Stanford University.
- GDS. (2005). *Integrated Value Chain Analysis of the Cotton Sector in Mozambique. Global development solutions*. LLC, Maputo.
- Ghai, D. (2002). *Decent Work: Concepts, models and indicators*. International Institute for Labour Studies. Geneva.
- INAM. (2009). "Visão Geral do sub-Sector do Algodão." Conferência Nacional do Sector do Algodão. Centro de Conferências Joaquim Chissano, Maputo.
- International Labour Organisation. (1973). *Convention no. 138 concerning Minimum Age for Admission to Employment*. Geneva. <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C138>; Acedido a 28.10.09.
- International Labour Organisation. (1977). *Tripartite Declaration of Principles Concerning Multinational Enterprises and Social Policy*. Geneva. <http://actrav.ilo.org/actrav-english/telearn/global/ilo/guide/triparti.htm>; acedido em 24.10.08.
- International Labour Organisation. (1999). *Convention no. 182 concerning the Prohibition and Immediate Action for the Elimination of the Worst Forms of Child Labour*. Geneva. <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C182>; acedido em 28.10.08.
- Isaacman, A., and Anton Rosenthal (eds.). (1988). *Slaves, Soldiers and Police: Power and Dependency Among the Chikunda of Mozambique, 1829-1920*. In S. Miers and R. Roberts (eds.) *The ending of slavery*. Univ. of Wisconsin: Madison

- Isaacman, A., and B. Isaacman. (1983). *Mozambique: From Colonialism to Revolution 1900-1982*. Westview press: New York
- MAE., (2005). *Perfil do Distrito de Morrumbala, Província da Zambézia*. Maputo.
- National Cooperative Business Association. (2007). *Project Profile: Mozambique – Cotton Value Chain Improvement in Central Mozambique*. NCBA. Washington DC. http://www.ncba.coop/pdf/clusa/Mozambique%20GATES%20_8-07_%20FINAL.pdf; Accessed on 28.10.08
- Ofico, O. and D. Tschirley. (2003). "An Overview of the Cotton Sub-Sector in Mozambique." Collaborative Research Project on Competition and Coordination in Cotton Market Systems in Southern and Eastern Africa. Mimeo.
- ORAM. (2005). "Development of Co-operatives for agriculture and agro-industrial commercialization in the central region of Mozambique." In SARN, February 2005;
- Pitcher, M. (1991). "Sowing the Seeds of Failure: Early Portuguese Cotton Cultivation in Angola and Mozambique, 1820-1926." *Journal of Southern African Studies*, 17(1) pp:43-70.
- Pitcher, M. (1993). *Politics in the Portuguese Empire: the state, industry and cotton, 1962 - 1974*. Clarendon press: Oxford.
- Pitcher, M. A. (1994). "From Coercion to Incentive: The Portuguese Colonial Cotton Regime in Angola and Mozambique, 1946-1974." In A. Isaacman and R. Robert (eds.). *Cotton, colonialism and social history in sub-saharan Africa*. Heinemann: Portsmouth.
- Regional Cotton Stakeholders' Workshop. "Mozambique Country Report." (Presented at Regional Stakeholders' Workshop on Competition and Coordination in Cotton production and Marketing systems, financed by DFID.) 1 and 2 February 2005. Lusaka.
- República de Moçambique, (2004), *Constituição da República*, Imprensa Nacional, Maputo, Moçambique.